

Banqueiros parecem satisfeitos em emprestar a Buenos Aires

A Argentina assinou ontem um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares com um consórcio de trezentos bancos privados, num clima de otimismo manifestado por grande número de banqueiros. As fontes financeiras disseram à UPI que logo será assinada uma série de contratos de refinanciamento que soma cerca de 5,5 bilhões de dólares.

A cerimônia de assinatura teve lugar no consulado argentino de Nova York e os signatários foram o ministro da Fazenda, Jorge Wehbe, e o presidente da comissão de assessoramento bancário, William Rhodes, que é vice-presidente do Citibank e figura-chave nas renegociações das dívidas da América Latina.

A assinatura do acordo foi possível depois que o Fundo Monetário Internacional (FMI) deu sua aprovação aos ajustes da política econômica argentina, liberando simultaneamente uma cota de 300 milhões de dólares, parte de seu empréstimo contingente a Buenos Aires, disseram fontes bancárias.

Destacou-se também a presença de Gay Hunsrods, do Lloyds Bank Internacional, o que, no plano bancário, marca a normalização das relações com a Inglaterra, seriamente afetadas pela guerra das Malvinas.

Um vice-presidente do Banco Manufacturers Hanover Trust, George Gross, disse à UPI estar "muito satisfeito que tenha concluído favoravelmente este processo de reestruturação da dívida argentina". Outros banqueiros, que pediram o anonimato, comentaram em geral que a Argentina deu um exemplo em matéria de negociações.

O crédito de 1,5 bilhão, juntamente com um de transição (ponte) de 1,1 bilhão assinado em dezembro, faz parte de um plano geral de refinanciamento, que inclui o crédito contingente do FMI. O empréstimo é de cinco anos, com três de prazo, e a juros de 2,25 acima da taxa interbancária de Londres, ou (Libor), ou 2 1/8 sobre a "prime rate".

FMI precisa de US\$ 6 bilhões

O Fundo Monetário Internacional (FMI) está tentando obter empréstimos, totalizando US\$ 6 bilhões, junto aos países industrializados e à Arábia Saudita. Com esse objetivo está se realizando, em Paris, uma série de negociações entre representantes dos governos dos países industrializados e banqueiros. As reuniões deverão terminar em meados de setembro, segundo informou a agência AP/Dow Jones.

São consideradas razoavelmente boas as perspectivas de que um grupo de mais de uma dúzia de bancos centrais da Europa e de outras regiões concordarão em fornecer ao FMI cerca de US\$ 3 bilhões em empréstimos, a taxas de juros de mercado, para uma linha de crédito de dois anos, que estaria sujeita à renovação a cada seis meses.

Uma vez que parte dos entendimentos de tomadas de empréstimos do FMI esteja resolvida, fontes fidedignas dizem que é provável que a Arábia Saudita concorde em fornecer outros US\$ 3 bilhões em compromissos de empréstimo à agência de 146 países nos mesmos termos oferecidos pelos banqueiros europeus.

O FMI está buscando créditos para cobrir a "defasagem de compromissos" da organização devido ao financiamento de empréstimos contraídos por países-membros com sérias dificuldades de pagamentos internacionais. Atualmente a "defasagem" do FMI ultrapassa a US\$ 3 bilhões e vem crescendo à medida que a agência financeira internacional se compromete com novos reescalamentos de dívidas.

POLÔNIA MANTEM SILENCIO

Hoje banqueiros ocidentais e autoridades polonesas darão prosseguimento à reunião — a portas fechadas — iniciada ontem para tratar do reescalamento da dívida de 1983 do governo da Polônia, mas nada se informou sobre o andamento das conversações. A reunião está sendo realizada na sede do Creditanstalt-Bankverein, o representante austríaco do "grupo de trabalho" de banqueiros que age em nome de quase quinhentos bancos ocidentais.

Segundo uma fonte bancária ocidental, uma proposta feita pelos bancos ocidentais prevê que 95% do total de US\$ 1,5 bilhão que vence neste será reescalado para um período de dez anos. Além disso, 60% de US\$ 1,1 bilhão em juros, também com vencimento neste ano, será transformado em créditos comerciais.

O total da dívida da Polônia para o Ocidente está estimado em US\$ 25 bilhões, dos quais cerca de US\$ 14 bilhões são débitos a governos e US\$ 11 bilhões devidos aos bancos.

VENEZUELA NÃO VAI AO FMI

A Venezuela "provavelmente" não solicitará o

acordo do Fundo Monetário Internacional enquanto tenta reescalonar até US\$ 18,4 bilhões de dívida do setor público, informou o ministro das Finanças do país, Arturo Sosa.

Sosa declarou que, depois de rever projeções para 1983, acha que o país não precisa dos recursos do FMI para manter as reservas a um nível apropriado. Acrescentou que a Venezuela também "provavelmente" não pedirá um empréstimo de US\$ 1,1 bilhão da linha de crédito compensatório daquela instituição internacional.

O ministro disse que o principal obstáculo para se chegar a acordo sobre o reescalamento com os bancos são os quase US\$ 200 milhões em juros vencidos que as empresas públicas devem.

COLÔMBIA NEGOCIA COM FOLGA

No caso da Colômbia a montagem de um empréstimo bancário está caminhando suavemente, indicando que os banqueiros ainda estão dispostos a emprestar aos países sul-americanos com economias sólidas.

Um representante do Chemical Bank Internacional em Nova York afirmou que 12 bancos já se comprometeram a fornecer US\$ 15

milhões cada, totalizando US\$ 180 milhões, bem acima da meta de US\$ 150 milhões inicialmente pretendida para o crédito.

O aparente sucesso desse empréstimo é um importante sinal de que os bancos estão agora julgando a credibilidade financeira dos países individualmente, e não no contexto de seus vizinhos.

NOVA RODADA NAS GUIANAS

Na Guiana, uma missão do FMI concluiu uma nova rodada de conversações sobre o pedido do país de ajuda para melhorar sua economia, informou um comunicado do governo. As conversações, segundo o documento, deverão ser retomadas no próximo mês quando as informações sobre o setor vital da bauxita, afetado recentemente por uma greve de seis semanas, estiverem disponíveis. Anteriormente, neste ano, a Guiana pediu um programa de ajuda financeira ao FMI mas rejeitou as condições do empréstimo, que incluíam uma desvalorização de 100% da moeda local e um congelamento salarial considerado severo demais.

Enquanto isso, o Banco Mundial concedeu ao México, na segunda-feira, um crédito de US\$ 175 milhões para ajudar as indústrias de pequeno e médio porte muito afetadas pela pior crise econômica do país desde a década de 1930. Com esse empréstimo, elevou-se para US\$ 6 bilhões o volume de recursos "com que o Banco Mundial apolou o desenvolvimento" do México.